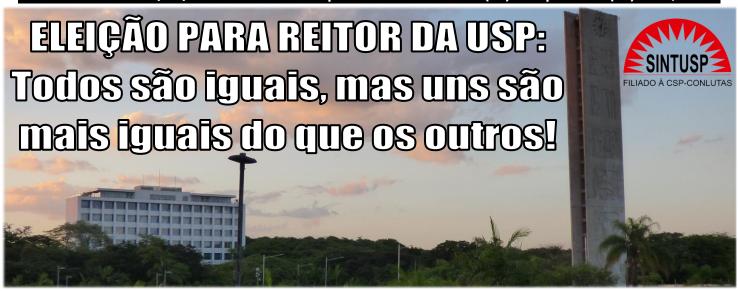


Boletim Nº 47 - 14/10/2025 - Gestão Sempre na Luta Lutadores(as) e Piqueteiros(as) 2023/2025



No dia 27 de novembro, acontecerá a chamada "eleição" para reitor e vice-reitor da USP, referente à gestão 2026-2030. Anteriormente, em 18 de novembro, será realizada uma consulta eletrônica à comunidade universitária – que, como o próprio nome indica, possui apenas caráter consultivo. Já no dia 27, a Assembleia Universitária (formada pelo Conselho Universitário, Conselhos Centrais, Congregações e Conselhos de Museus/Institutos) escolherá, de forma indireta, os nomes que comporão a lista tríplice. Neste ano, concorrem três chapas: "USP pelas Pessoas", com Aluisio Augusto Cotrim Segurado (Faculdade de Medicina) e Liedi Légi Bariani Bernucci (Escola Politécnica); "Nossa USP", com Ana Lúcia Duarte Lanna (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design) e Pedro Vitoriano de Oliveira (Instituto de Química); e "USP Novo Tempo", com Marcílio Alves (Escola Politécnica) e Silvia Pereira de (Faculdade Castro Casa Nova de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária).

Em primeiro lugar, é fundamental destacar que a "eleição" para reitor da USP é um processo inteiramente antidemocrático, obedecendo ao mesmo rito desde 1934. Cabe ao governador do estado, atualmente Tarcísio de Freitas (Republicanos), indicar um entre os nomes da lista tríplice, cuja composição é decidida por uma parcela ínfima da comunidade universitária. Num universo de quase 120 mil pessoas que compõem a USP oficialmente (os milhares de trabalhadores terceirizados seguer entram na conta), apenas cerca de 2 mil poderão votar no dia 27 de novembro – menos de 2% do total. Dentre esses poucos votantes, a ampla maioria são docentes titulares, que dominam congregações, colegiados centrais e o Conselho Universitário. **Funcionários** estudantes possuem representação quase nula, tornando o voto dos mais de 115 mil trabalhadores e estudantes praticamente inexistente nesse processo. Ou seja, tratase de uma eleição completamente antidemocrática, protagonizada por um grupo minoritário e privilegiado, especialmente docentes titulares.

Observando as últimas gestões, nota-se a continuidade de um projeto, do qual Marco Antonio Zago e de Vahan eram defensores, voltado para o desmonte da universidade pública e sua crescente aproximação com interesses empresariais e privados. Apesar do discurso recorrente de "inclusão, diversidade e pertencimento", a gestão de Carlos Gilberto Carlotti Junior e Maria Arminda pouco diferiu das anteriores, como as de Marco Antonio Zago e Vahan. Encerram o mandato com o menor número de funcionários efetivos desde 1989, evidenciando o avanço do desmonte e da precarização. Exemplos disso são a situação alarmante do Hospital Universitário (HU), o fechamento do Centro de Saúde Escola Butantã e da Creche Oeste.

Além da falta de contratação de trabalhadores efetivos, cresce a terceirização e a negativa da reitoria em garantir direitos elementares, como o acesso ao BUSP (Bilhete USP) para trabalhadoras terceirizadas utilizarem de forma gratuita o transporte interno do campus da capital.

Apesar de se apresentarem em três chapas, todos os candidatos guardam estreita ligação com a burocracia universitária e as gestões recentes, com diferenças superficiais entre si. É notável nas propostas o compromisso comum de manter e aprofundar o projeto atual. A ênfase na política de "Inovação", por exemplo, escancara o objetivo de abrir ainda mais a universidade ao mercado e ao processo de privatização.

Nenhuma das chapas questiona o caráter profundamente antidemocrático das decisões na USP. Fala-se em valorização de docentes e funcionários, mas não há propostas de alteração dos Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-financeira (de 2017), fundamentais para barrar o desmonte e atender a reivindicações legítimas como recomposição salarial, progressão na carreira, contratação de pessoal necessário e garantia de permanência estudantil. Programaticamente, há a defesa da autonomia

universitária em resposta às incertezas sobre o futuro do financiamento das universidades estaduais paulistas e em relação à política de Tarcísio de Freitas de tentar incluir outras duas faculdades no orçamento das universidades estaduais. Porém, vale lembrar que a atual gestão reitoral declarou sucessivas vezes ter confiança no governador de extrema-direita sem reconhecer que essa autonomia foi fruto de intensas lutas dos trabalhadores, estudantes e docentes. Não há, ainda, nos programas das chapas, qualquer menção à reversão do sucateamento de setores essenciais como HU, Ceseb, creches, bandejões e prefeituras, nem atendimento das reivindicações aprovadas pela nossa categoria e pelo movimento estudantil e docente.

A chapa "USP pelas Pessoas" traz nomes atuantes na gestão atual, com suposto discurso de diversidade que ignora a realidade das trabalhadoras terceirizadas, sobretudo mulheres negras, que seguem invisíveis nas propostas. Mesmo mencionando valorização de profissionais, não apresenta medidas concretas, reafirmando apenas o "cumprimento rigoroso dos parâmetros de sustentabilidade financeira da Universidade".

A chapa "Nossa USP", é a única encabeçada por uma mulher, que é igualmente a primeira Pró-Reitora de Inclusão e Pertencimento (PRIP). Foi essa gestão da PRIP, com Ana Lanna, ignorou a realidade dos trabalhadores terceirizados dos bandejões, que precisaram lutar até por seus salários! O fato de ser a única mulher encabeçando uma chapa não a impediu de dar as costas às trabalhadoras terceirizadas e efetivas. Reitere-se a responsabilidade da atual gestão da PRIP pela manutenção do fechamento da creche Oeste (fechada em 2017) e pela tentativa de municipalização ao invés da

reabertura com contratações de funcionários efetivos. Em relação à permanência estudantil, A PRIP de Ana Lanna propõe projetos como "Moradia Estudantil Digna", que amplia as parcerias com proprietários privados, aprofundando a privatização da universidade e restringindo o acesso à moradia estudantil. Destaca-se ainda o incentivo às fundações de apoio e parcerias empresariais, outra via de privatização do ensino superior.

Por fim, a chapa "USP Novo Tempo" é formada por dirigentes da Fundação Universidade de São Paulo (FUSP), salientando ainda mais o vínculo com fundações de apoio e interesses privados. Conforme nota da Adusp, seu programa aposta em ampliar conexões entre a USP e o setor empresarial, incluindo a promoção de interação com PMEs, Finep, Senai e Sebrae; fortalecimento orçamentário da Agência USP de Inovação e escritórios de patentes; e a facilitação da gestão dos projetos de pesquisa pelas fundações, em sintonia com a privatização universitária

Por tudo isso, o SINTUSP não apoia nenhuma das três chapas concorrentes neste processo de sucessão reitoral. Reafirmamos a luta em defesa de uma universidade pública, gratuita, de qualidade e a serviço dos interesses da maioria da população, o povo pobre e trabalhador e não em defesa dos interesses do mercado. Defendemos a democratização real da USP, por meio de uma Estatuinte Livre Soberana, e instrumento fundamental para avançar nesta pauta. Independentemente do nome escolhido pelo governador, é essencial fortalecer nossa organização e luta, ao lado dos estudantes e docentes comprometidos com a educação pública, para construir uma universidade realmente voltada ao povo trabalhador.

Vem aí: SEMINÁRIO SOBRE TELETRABALHO E TRABALHO HIBRIDO

21/10, - Programação:

- √ 8h Café da manhã
- ✓ 8h30 10h30 Mesa 1: Aspectos Estruturais e os Impactos da Tecnologia no Mundo do Trabalho

 Jorge Souto Maior (FD-USP) Gustavo Machado (ILAESE) Iuri Tonelo (Unifesp) Fabiano dos Santos (Sintrajud)
- ✓ 11h 13h Mesa 2: A Experiência de Outras Categorias com o Teletrabalho e Trabalho Híbrido Toninho (STU) • Wilson Ribeiro (Bancário/CSP-Conlutas) • Herbert Claros da Silva (Embraer) • Maristela Piedade (UFRGS) • Leandro Lanfredi (Sindipetro-RJ).
- √ 14h Plenária Final

Calendário de Atividades:

- 17/10 (sexta-feira) Mesa e confraternização A experiência da Global Sumud Flotilha para fortalecer a Luta do Povo Palestino no Brasil A partir das 16h e seguida de confraternização no Sintusp.
- 21/10 (Terça-feira) Seminário sobre Teletrabalho e Trabalho híbrido A partir das 8h no Auditório Aurora Furtado (Sala 20, no primeiro andar do Bloco B do Instituto de Psicologia).
- 23/10 (Quinta-feira) Assembleia Geral: 12h30 no Sintusp. Pauta: Reforma Administrativa.
- 24/10 (Sexta-feira) Primeira Feira Cultural Indígena: Das 7h15 às 17h30 na Creche central.